



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DIVERSIDADE SE APRENDE NA ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lúcia de Fátima Araújo dos Santos

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

luciasantossasso@gmail.com

Francisca Ramos-Lopes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

franciscamoslopes48@gmail.com

RESUMO

O discurso idealista que reina em nosso país é o de que somos uma nação sem preconceito de cor, vivemos uma “democracia racial”, onde todos têm os mesmos direitos amparados pela constituição. Esse falar fica no mundo das ideias quanto a sua aplicabilidade em relação aos brasileiros afrodescendentes porque prevalece o discurso estigmatizado, internalizado há muito tempo por nossa sociedade, de que a raça negra é inferior à raça branca e, portanto, deve ser subjugada, explorada e descartada. Profissionais da área da educação presenciam cotidianamente práticas racistas, mas muitos desses profissionais não sabem como desenvolver ações preventivas e educativas contra a discriminação e racismo no ambiente escolar e que resultem em relações multirraciais fraternas, solidárias, respeitadas e humanas. Tal realidade é constatada com a criação da Lei nº 10.639/2003 que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, em escolas públicas e particulares, bem como a inclusão no calendário escolar do “Dia Nacional da Consciência Negra” comemorado no dia 20 de novembro. Partindo da necessidade de discutirmos permanentemente ações de combate ao racismo e cientes do papel transformador e libertador da educação, nessa comunicação propomos apresentar os resultados de uma pesquisa com professores da educação básica sobre suas experiências com questões relacionadas à diversidade étnico-racial e práticas racistas no ambiente escolar e levá-los a refletir se suas práticas contribuem de maneira significativa e positiva na construção de relações igualitárias.

Palavras-chave: Práticas racistas, Diversidade étnico-racial, Experiências docentes.

1. Introdução



Estudos comprovam que práticas de racismo, especialmente no ambiente escolar deixam profundas feridas no indivíduo negro, cujas cicatrizes não são mais resultantes do chicote que descia da mão do feitor e/ou senhor de escravos, mas de outro “chicote” com igual ou maior poder de aniquilamento, é o açoite cotidiano da exclusão impregnada de ódio, através de discursos e ações racistas. E as mazelas oriundas da discriminação racial nas escolas brasileiras públicas e privadas são muitas e múltiplas, fazendo com que o povo negro construa uma imagem negativa sobre si mesmo, desenvolvendo uma série de problemas cognitivos, emocionais, culturais e sociais. Na introdução da coleção Educação antirracista, Cavalleiro (2005, p. 12) lista, além da rejeição, as seguintes implicações para as vítimas de práticas raciais discriminatórias:

Desenvolvimento de baixa autoestima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusarem ir à escola e, conseqüentemente, evasão escolar.

Práticas de racismo silenciam, anulam, violentam e fazem com que a criança e o adolescente negro passem a negar suas origens adotando a estratégia do branqueamento na qual a estética, beleza e segmento cultural remete ao padrão europeu, no sentido de ser aceito pelos demais. Outros preferem ficar “invisíveis” dentro do espaço onde deveria ajudá-los a assumir sua identidade, através do reconhecimento e valorização de suas raízes, de conscientização da contribuição significativa do povo negro para a construção e formação de nosso país. Gomes (2005, p.49) adverte:

Dessa forma, se queremos lutar contra o racismo, precisamos reeducar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às(aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros.

Os docentes conscientes ou inconscientemente, tornam-se cúmplices das atitudes discriminatórias e racistas ao silenciarem perante colocações discursivas do tipo: “Ela é pretinha, mas é legal.”, “Vem cá picolé de coco queimado.”, “Capoeira é coisa de negro,



de gente vagabunda.”, como também diante de situações que o próprio indivíduo negro renega suas origens como na frase: “Não sou negra, sou moreninha, é diferente.” É recorrente, também, não saberem que atitude tomar diante da recusa de um aluno de cor branca em formar dupla com o colega de cor negra.

Então, alguns desses profissionais ignoram o que presenciam ou recorrem a punições e castigos, métodos ultrapassados e criminosos, que fatalmente irão alimentar ainda mais o ódio do agressor, pois sabemos que o método eficaz é a educação pautada no diálogo, informação, respeito e valorização do outro.

Há anos, várias organizações sociais afro-brasileiras veem lutando por ações afirmativas que garantam a acessibilidade, permanência e sucesso de crianças e jovens afrodescendentes nas escolas públicas, que comecem uma mudança de postura no ambiente escolar, que revisem currículos, materiais didáticos, que capacite os profissionais da educação e que reconheçam e valorizem a história e cultura do povo negro. Uma vitória significativa veio com a Lei nº 10.639/03, que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e Cultura Afro-Brasileiras e africanas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, em escolas públicas e particulares, bem como a inclusão no calendário escolar do “Dia Nacional da Consciência Negra” comemorado no dia 20 de novembro.

Pesquisas apontam que está muito distante a total implantação da lei no território nacional, pois políticas de cunho acadêmico não foram estabelecidas na supracitada lei. Então, aliado ao discurso racista e às ações discriminatórias, os discentes negros ainda têm que lidar com um quadro desfavorável para seu amplo e satisfatório desenvolvimento no dia a dia escolar que é a não qualificação dos docentes em práticas antirracistas e o despreparo de todos que fazem a escola para lidar com as situações constrangedoras, vexatórias e humilhantes a que são expostos os estudantes negros, porque não possuem conhecimentos e estratégias para combater práticas racistas e desconstruir estereótipos.

Em face à realidade exposta e entendendo que o ambiente escolar é um espaço onde se pressupõe que sejam desenvolvidas ações de prevenção e combate ao racismo,



lançamos um olhar cuidadoso em direção às experiências docentes, na sala de aula, no que concerne à temática da diversidade étnico-racial, com o objetivo de analisar se há uma prática pedagógica antirracista eficaz e consonante com os Direitos Humanos para promoção da convivência de paz entre discentes pertencentes a diferentes grupos étnico-raciais.

2. Metodologia

Nossos estudos serão sustentados pelo método de pesquisa com natureza qualitativa interpretativa cujo enfoque não se dá em quantificar, mas sim procurar analisar os resultados obtidos. O corpus de nossa pesquisa resulta da interação com os sujeitos investigados, composto por dez professores da educação básica de uma escola pública de ensino fundamental e médio, do Estado do Ceará, localizada na cidade de Fortaleza.

É relevante ressaltar que os docentes foram convidados a participar da pesquisa sem levarmos em conta a questão de seu pertencimento étnico-racial e as respectivas áreas de atuação, mas a disponibilidade de tempo e interesse pela temática. Esclarecemos que manteríamos sigilo quanto a real identidade dos mesmos e que seriam nomeados pelo código D (docente) seguido de numeração 1, 2 e assim sucessivamente. Os mesmos tiveram a oportunidade de ler uma síntese da lei nº 10.639/2003, refletir e em seguida narrar sobre suas experiências com a temática durante suas práticas docentes.

3. Resultados e discussões

3.1 Diversidade étnico-racial e experiências docentes

Há tempos que o cenário do ensino brasileiro aponta para uma implantação educacional inclusiva e reparadora para os descendentes de africanos e afro-brasileiros negros, uma educação de reconhecimento ao valor do seu legado cultural e histórico, pressionado pelas reivindicações de luta dos movimentos sociais negros que sempre



ansiaram por políticas públicas que, de alguma forma, compensariam os séculos de exclusão social, preconceito, racismo e desigualdades em nosso país. Cavalleiro (2005, p.67) aponta:

Mesmo considerando as mudanças sociais ocorridas no decorrer do século XX, a situação da população negra brasileira permanece pouco alterada, sendo reproduzido um quadro de condição social aviltante e degradada em função do racismo contra esse grupo humano.

Nesta perspectiva, muitos estudos e debates com representantes de vários segmentos de nossa sociedade foram efetuados e o resultado foi a elaboração de documentos que orientam para a inclusão de uma educação de combate ao racismo. São documentos valiosos que lançam um novo olhar para o sistema de ensino no país e norteiam as práticas pedagógicas.

São os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) com a temática da Pluralidade Cultural e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação básica, no relatório dedicado à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013), que hoje norteiam os profissionais da educação, no sentido de iniciarem a desconstrução de uma educação etnocêntrica, racista, preconceituosa e discriminatória e iniciarem uma educação antirracista de reconhecimento e valorização do povo negro, sem espaço para culpados ou vítimas dentro desse novo fazer pedagógico. Ramos-Lopes (2010, p.129) afirma:

...para um grupo ou uma sociedade ser harmoniosa não significa que os sujeitos sejam todos iguais, a começar pelo fenótipo, mas que haja reconhecimento e aceitação da singularidade de cada um, respeitando-se as práticas e crenças do outro.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997) ressaltam que durante um longo período e até os dias atuais, as instituições escolares brasileiras cooperaram com a disseminação de preconceitos e racismos privilegiando a cultura europeia, apresentando-a como superior às demais e tornando-a única e aceitável. Como ressalta Ramos-Lopes (2005, p. 126) as práticas de discriminação racial:

... se estendem ao universo escolar, espaço no qual ainda se propaga uma versão alienada do escravismo. Esse é discutido em muitas práticas docentes como um fato natural, sem apresentar nenhum indício de condenação ética e moral.



Refletindo acerca das considerações descritas acima, focamos nossa caminhada investigativa e indagamos aos docentes que experiências os mesmos têm com a temática da diversidade étnico-racial e que tipo de intervenções são feitas por eles e pelo núcleo gestor ao presenciarem ações racistas no ambiente escolar. Constatamos que os professores entrevistados não estão preparados para lidar com conflitos decorrentes da supracitada temática e, segundo seus relatos, as intervenções são meras aplicações de advertências sem respaldo em intervenções pedagógicas antirracistas conforme as narrativas abaixo.

O D2, atuante no Fundamental (FII) e Ensino Médio (EM), na área Linguagens e Códigos, afirma, em relação as perguntas 1 e 2, doravante p1 e p2:

Devido a minha matéria ter a necessidade da presença/participação do outro no esporte, pois o esporte não deve diferenciar raças, acredito que de uma forma ou de outra abordo o tema, mas ainda é necessário falar mais sobre isso. (p1)

Não vejo nenhum tipo de atitude dessa na minha aula. A única vez que vi foi no intervalo e o núcleo gestor tomou as devidas providências. (p2)

Percebemos na fala do docente uma visão limitada em relação ao assunto, posto que, afirma ser na prática esportiva momento que não deve existir racismo. E quanto aos outros momentos de atividades pedagógicas no ambiente escolar ele não parece se importar, desvincula sua atuação, provando a não transversalidade de temas tão enfatizada pelos PCN.

Em relação à segunda pergunta o professor se contradiz ao afirmar nunca ter presenciado atitudes racistas e, logo em seguida, menciona um fato, mas não sabe ao certo que intervenções foram feitas, também acha pouco relevante pelo fato de ter sido algo pontual, como se a atitude não merecesse atenção e cuidado.

Atentamos nos relatos dos D4 e D6, da área de Ciências da natureza e Matemática, atuantes no EM e Ensino Fundamental (EF), um modo velado de eximir-se pelo fato de não trabalhar a temática ao afirmar que tal tarefa é desenvolvida pelos colegas da área de Ciências Humanas.



Sim. A área de Ciências Humanas todo ano realiza um projeto chamado Africanidades que trabalha justamente com esse tema. (p1).

Sim. (p2)

Não trabalho com o assunto. Minha área de atuação dificulta o desenvolvimento. (p1)

O aluno é advertido pela coordenação e é trabalhado junto com os envolvidos a resolução de conflitos. (p2)

Os docentes parecem compartilhar a ideia de que trabalhar a temática focada nessa comunicação compete, exclusivamente, aos professores da área de Ciências Humanas, preferencialmente pelos professores de sociologia. O primeiro faz vagamente uma referência de projeto voltado para a temática e em relação às ações de combate ao racismo por parte da escola responde apenas que “sim”, mas não relata como, demonstrando uma total alienação em relação ao assunto, praticando a famosa expressão “política do avestruz” que Munanga (2005, p.15) utiliza para descrever atitudes de alguns docentes, quando, na verdade, deveriam ajudar o aluno discriminado a sentir orgulho de seu pertencimento étnico-racial. O segundo utiliza como subterfúgio de que a disciplina que leciona não favorece uma abordagem sobre o assunto.

É urgente a necessidade de mudança no fazer pedagógico para que os discentes comecem a refletir e ter consciência do grande legado histórico, social e cultural do povo negro e incluir a temática no currículo para que possa ser trabalhada durante todo o ano letivo, não apenas em ocasiões alusivas a datas comemorativas, preferencialmente envolvendo todas as áreas do conhecimento.

A narrativa do D3 comprova a colocação negativa em relação ao olhar que a escola lança para essa importante temática. O docente que leciona na área de Ciências da Natureza, no ensino Fundamental e Médio afirma que a diversidade é trabalhada apenas na semana cultural e quanto às intervenções retrata um total despreparo do núcleo gestor ao tratar as práticas discriminatórias apenas conceituando racismo e não efetivando ações afirmativas.

Sim. A minha experiência com a temática da diversidade está relacionada com a semana cultural que é realizada todos os anos na escola. (p1).

O aluno é chamado pela coordenação e recebe uma advertência. Durante esse momento são trabalhados conceitos de racismo. (p2)



Dentre os professores voluntários participantes da pesquisa, dois em especial nos chamou atenção. Um pelo fato de sentir alívio por nunca ter observado fatos racistas dando indícios que não saberia como intervir e outro por carregar marcas do racismo sofrido e declarar seu pertencimento étnico-racial, são, respectivamente os D7, da área da Ciências da Natureza e D8 da área de Linguagens e códigos.

Nenhuma (p1).

Oxalá nunca observei este tipo de fato em nenhuma escola que trabalhei. (p2)

Como professor de línguas sempre tive a oportunidade de trabalhar textos que levam a uma reflexão sobre o tema da diversidade, principalmente a diversidade de raça e do papel do negro na nossa sociedade. Como professor negro, conheço na pele o preconceito e o racismo sofrido pelos afro-descendentes. (p1)

Resposta em branco e ao ser indagado por qual motivo não respondeu à questão falou com aparente sensação de alívio “Graças a Deus nunca presenciei”. (p2)

O D8 procura proporcionar leituras reflexivas acerca da cultura africana como forma de enaltecer a sua raça e minimizar a lacuna deixada pelo sistema educacional e em relação a segunda pergunta silencia. Porém insistimos e ele demonstra sensação de alívio por nunca ter presenciado um pertencente à sua mesma identidade negra sofrer e carregar na pele as marcas do racismo. Munanga (2005, p.17) afirma:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.

Constatamos com as narrativas do D1 que a temática da diversidade é trabalhada, isoladamente e quando há como inseri-la, pelos docentes da área de Núcleo de Trabalho, Práticas e Pesquisas Sociais, nas séries do ensino médio.



A minha disciplina é voltada para o desenvolvimento social e pessoal do aluno. Trabalho temas específicos de ética, cidadania, gênero e outros temas onde eu posso inserir o assunto sobre diversidade. (p1)

Eu, particularmente, já presenciei ações racistas em minha escola e juntamente com a gestão fizemos a intervenção da melhor forma possível. A aluna que cometeu a ação foi punida sendo convidada à participar de uma palestra sobre o tema “Racismo” e aproveitando o momento para um pedido de desculpa publicamente. (p2)

Mais uma vez fica evidente o despreparo por parte dos professores em lidar com práticas racistas, pois a intervenção veio em forma de punição e não de reflexão, informação, respeito pelas diferenças e valorização pelo colega não pertencente ao mesmo grupo étnico-racial do racista.

4. Conclusões

Nessa discussão onde investigamos o trabalho docente com a temática da diversidade étnico-racial, compreendemos a relevância da efetiva implantação de ações afirmativas no ambiente escolar, tal como a lei nº 10639/2003 posto que irá proporcionar momentos valiosos de discussão, pensamento crítico e construção de práticas pedagógicas exitosas no sentido de construir e desenvolver ações antirracistas na instituição que tem o dever de prezar pelo desenvolvimento saudável dos discentes.

É pertinente concluir nosso pensamento reforçando a ideia positiva sobre o poder do discurso baseado nos estudos de Foucault (2012, p.9) quando ele afirma:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

A escola com seu inerente poder transformador abraça uma importante e fundamental responsabilidade na formação dos sujeitos envolvidos em todo o processo de construção de práticas discursivas, saberes e identidade. Para tanto, deve se apropriar



de projetos diversificados, principalmente de um amplo contato com temáticas que remetam as raízes da formação do nosso povo, como meio de ajudar a transformar o pensamento da sociedade brasileira, ainda carregado de ideias preconceituosas em relação à raça negra.

As instituições escolares brasileiras devem despertar do sonho da pátria onde todos são iguais e gozam dos mesmos direitos e começar a traçar caminhos reais para auxiliar seus alunos negros durante toda a construção de socialização extrafamiliar, no sentido de não permitir que os mesmos deixem se inferiorizar ou negar seu pertencimento étnico-racial.

Referências Bibliográficas

BRASIL / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Brasília, MEC, 2013.

BRASIL / Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. In: **Educação antirracista caminhos abertos pela Lei Federal nº 10. 639/03**. Brasília Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. In: **Educação antirracista caminhos abertos pela Lei Federal nº 10. 639/03**. Brasília Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RAMOS-LOPES, Francisca Maria de Souza. **A constituição discursiva de identidades étnico-raciais de docentes negros/as**: silenciamentos, batalhas travadas e histórias (re)

significadas. 321f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.